

A RELIGIÃO COMO NECESSIDADE SOCIAL

Ismael de Vasconcelos Ferreira

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião/UFJF

Bolsista Capes.

ismaelvasconcelos@yahoo.com.br

Resumo:

Sendo a religião um assunto dos mais comentados e discutidos atualmente, este artigo propõe uma análise da necessidade da religião sob o ponto de vista da Sociologia. Para tanto, buscou-se na opinião de reconhecidos teóricos da Sociologia da Religião embasamentos que permitissem identificar a atuação da religião nas mais diversas esferas da sociedade. E com estes mesmos embasamentos, procurou-se identificar a importância da análise da religião, conhecer o pensamento desses teóricos a respeito da religião e analisar a religião enquanto resposta aos problemas humanos e sociais.

Palavras chave: Necessidade, religião, resposta, sociologia.

Abstract:

Religion being a matter of the most talked and discussed today, this article proposes an analysis of the necessity of religion from the point of view of sociology. Therefore, we sought the opinion of recognized theorists Sociology of Religion emplacements that might have identified the role of religion in the most diverse spheres of society. And same with these emplacements, sought to identify the importance of the analysis of religion, thought these theorists know about religion and analyze religion as a response to human and social problems.

Keywords: Need, religion, response, sociology.

Introdução

Sendo a religião um assunto dos mais comentados e discutidos atualmente, são necessários estudos que tentem verificar as implicações desta com as ciências que orientam a vida humana. A que mais se identifica com a religião, e que talvez seja a única que não tenta anulá-la mas explicá-la, é a Sociologia. Este interesse não é por acaso, mas porque a religião se faz em meio às pessoas e essas pessoas compõem comunidades que por sua vez formam populações, com suas mais variadas formas singulares de vida. Neste sentido, a religião atua

mais especificamente nessas formas singulares de vida, contribuindo para um aperfeiçoamento dos indivíduos.

É com este propósito que foi elaborado o presente artigo que busca analisar a religião como uma necessidade social, contemplando algumas situações da vida humana em que inevitavelmente teve de se recorrer à religião ou mesmo ela surgiu como consequência da própria sociedade que a gerou.

Assim, no primeiro item será discutida a importância da análise da religião pela Sociologia, buscando identificá-la em algumas situações específicas da sociedade e desmistificando-a a fim de se compreendê-la de um ponto de vista válido para as ciências sociais. No segundo item serão apresentadas definições de alguns teóricos acerca da religião, buscando entendê-la mais especificamente sob o prisma da Sociologia. E no terceiro item, será feito um comentário a respeito da religião como resposta aos problemas humanos e sociais, considerando que a religião ainda exerce um importante papel nessas determinações.

1. Importância da análise da religião pela Sociologia

Considerando a religião como uma das fundações mais antigas da humanidade e considerando também que sua existência é garantida pela sociedade, tendo nesta sua total realização, sua análise sociológica torna-se necessária tendo em vista sua presença ativa nas relações e funções sociais. Esta atuação ocorre principalmente diante das idiosincrasias que permeiam a vida humana. A incerteza do futuro, as angústias do presente e a compunção do passado comumente estão presentes na vida dos indivíduos. Discursos ou postulados científicos, quando não estão disponíveis à grande massa dos indivíduos ou mesmo disponíveis, quando não conseguem responder a essas idiosincrasias, é a religião que surge como resposta cabal.

Antes de haver uma sociedade secularizada, a religião determinava completamente a cadência de todas as atribuições do ser humano. A elaboração das leis é um exemplo claro disso, pois na tentativa de compreendê-las, muitas vezes é necessário apelar para a religião. Ainda hoje há resquícios dessa influência quando, por exemplo, tenta-se modificar conceitos

jurídicos já “consagrados” por novas interpretações, tentando livrar esses conceitos de termos eivados de significados considerados atualmente preconceituosos e absolutizantes.

Isto demonstra a influência que a religião tem, “não somente como um sistema de ideias [mas] como um sistema de forças” (Sanchis, 2011, p. 41). Não se trata, portanto, de mera ideologia, mas de ação e influência direta nas relações humanas e estas sociais. Esta força é representada através da coletividade em que a religião comumente se encontra e se reifica através de objetos que passam a ser sagrados (Sanchis, 2011).

Assim, mesmo em uma sociedade secularizada, a religião consegue, ainda que agora em menor escala, estruturar as relações sociais de tal forma que “transforma o ‘assim é’ em ‘assim deve ser’, ou em ‘assim não pode ser’” (Oliveira, 2011, p. 179,180). Isto é, ainda que sua influência não seja por todos percebida, ela ainda consegue se tornar imprescindível nas relações sociais.

Diante desse quadro, a análise sociológica da religião torna-se imperativa, uma vez que ela, de certo modo, interfere diretamente nas funções sociais e por vezes altera significativamente o modo de viver das pessoas. Mas esta análise não deve se constituir em uma arma que tenta neutralizá-la e sim em um método que procura compreendê-la e talvez, até confirmá-la, tendo como pressuposto a afirmação de Durkheim em que “a própria natureza da sociedade é intrinsecamente religiosa” (Martelli, 1995, p. 32).

Mas antes de se imaginar a Religião como o motor único que dá sustentabilidade à sociedade, é necessário lembrar que ela se legitima, ou se torna plausível, através da própria sociedade. São os membros de um grupo ou comunidade que tornam a religião importante. A constante necessidade do transcendente que se comunica com o natural reflete o poder criador do homem em criar para si (e conseqüentemente para os outros), meios de obter respostas ou favores que venham suprir seus questionamentos ou necessidades. Assim, Danièle Hervieu-Léger faz uma importante consideração acerca da necessidade dos homens em criar “deuses”:

Os homens têm necessidade dos deuses para existir em sociedade, mas os deuses dependem dos homens, que se dedicam, por meio do culto que lhes prestam, a preservar sua existência. As práticas religiosas e as crenças que racionalizam teologicamente sua necessidade social têm como função reativar regularmente e perenizar a “emoção das

profundezas”. Elas relançam a própria dinâmica da vida coletiva, garantindo a “restauração moral” dos indivíduos que retornam à vida profana com mais coragem e ardor. (Hervieu-Léger, 2009, p. 194)

Desta forma, entende-se a religião como uma construção social, necessária à sobrevivência do homem que, por sua vez, cria subsídios para sua existência. Para isso, é o próprio homem quem cria, com o propósito de validar a religião, leis e outras exigências que passam a compor o código doutrinário das religiões. Essas normas estabelecidas se tornam eficazes somente quando “se inscrevem nas consciências individuais e nelas se incorporam como se naturais fossem, transformando-se então em hábitos” (Oliveira, 2011, p. 181). Daí surgem as mais variadas interpelações da religião na sociedade, justificando o papel da Sociologia enquanto responsável pela análise desses eventos. É a interferência direta da religião na sociedade que a torna passível de explicações e análises.

Ainda que sociedade atual seja secularizada, onde a interferência da Igreja, enquanto representante oficial e concreta da religião, é praticamente exígua, isto em tese, é possível constatar, na prática, alguns resquícios de sacralização da sociedade. Em recentes fatos históricos ocorridos no Brasil, como as eleições presidenciais do ano de 2010, foi possível observar o peso da religião na definição das propostas dos candidatos, graças às exigências que os próprios eleitores *conservadores* levantaram, notadamente a respeito do posicionamento desses candidatos sobre o aborto. Ou seja, mesmo com a quebra do “dossel sagrado” que outrora protegia a sociedade com costumes e leis pautados em tradições essencialmente religiosas (Teixeira, 2011), ainda há um remanescente considerável que é capaz de suscitar discussões e até mesmo decisões a favor da religião.

Como efeito dessa secularização da sociedade, houve também o fortalecimento da concorrência religiosa que aniquilou o monopólio de religiões outrora majoritárias, abrindo espaço para a chegada de novas religiões com novos credos e práticas religiosas. Com isso, novas “estruturas de plausibilidade” acabaram por se estabelecer na sociedade e passaram a requerer respostas principalmente da sociologia do conhecimento (Teixeira, 2011). Por sua vez, estas estruturas de plausibilidade passaram a sofrer instabilidade graças à “pluralização institucional da modernidade” (Teixeira, 2011, p. 236), outro fenômeno relevante ao estudo em Sociologia.

Portanto, não é possível tentar compreender a religião sem o auxílio da Sociologia, tendo em vista que a religião tem implicações diretas nos indivíduos e a Sociologia trata, basicamente, das relações sociais desses indivíduos.

2. O que dizem alguns teóricos sobre a necessidade da religião

A clássica frase “a religião é o ópio do povo”, de Karl Marx, tem sido muito utilizada quando há o interesse em definir rapidamente religião. Geralmente esta definição é empregada em sentido pejorativo e traz consigo, graças à sua interpretação fora do contexto, uma série de juízos de valor que só demonstram a insuficiência de compreensão do termo que remete a algo bem mais denso do que as simples comparações que comumente são feitas por todos aqueles que tentam entender a religião. Com o intuito de analisar mais acuradamente esta famosa definição, eis a íntegra do texto:

A miséria *religiosa* é, de um lado, a *expressão* da miséria real e, de outro, o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, assim como é o espírito de uma situação carente de espírito. É o *ópio* do povo. (Marx, 1974a)

Está claro que o uso do termo *ópio* referia-se não ao sentido figurado do termo, mas sim à capacidade que a religião tem de exprimir as inquietações dos indivíduos quanto às mazelas sociais existentes. Analisando por este prisma, a religião seria uma aliada das ações sociais em prol do melhoramento da condição humana, atuando como um bálsamo nos indivíduos que padecem dessas pechas sociais. Sendo assim, a religião não teria um papel meramente alienante, como é normalmente considerada pejorativamente, mas seria um sinal de que algo precisa ser feito em prol da sociedade ou mais precisamente de um grupo de indivíduos marginais.

Nesta mesma linha de pensamento, Engels tenta traduzir a religião como “um socialismo em esperança, vivido simbolicamente pelas práticas e pelas crenças, mas não realizado” (Lesbaupin, 2011, p. 18). A exemplo do cristianismo primitivo, seria uma sociedade em que todos teriam tudo em comum, uma sociedade sem classes em que os meios de produção fossem comum a todos. A religião seria uma resposta ao modo de viver de uma sociedade cada vez mais consumista e que privilegiava uns em detrimento de outros.

Em uma análise mais crítica da religião, a definição de Rosa Luxemburgo vem denunciar a força do clero enquanto detentor de uma hermenêutica que faz apologia ao sofrimento:

Por conseguinte, quando o clero atual procura persuadir o povo de que não padece miséria nem humilhação por causa das escandalosas relações sociais existentes, mas por mandato do céu ou por disposição da providência, o faz modificando e falseando os ensinamentos originários do cristianismo, os quais promoviam precisamente a felicidade terrena dos mais humildes. (Luxemburgo, 1975, p. 20 apud Lesbaupin, 2011, p. 21)

De fato, a teodiceia cristã nutre os fiéis de uma esperança vindoura que, apesar dos sofrimentos existentes no presente, estimula-os a crer na soberania divina. Contrariamente, os atuais detentores do sagrado procuram suavizar esses sofrimentos atribuindo-os a uma providência divina, fazendo-os crer que *é necessário pagar um preço*. Este é um exemplo clássico da simples definição de religião como “ópio do povo” em seu sentido alienante. Neste caso, a sociologia cunhou outros termos que secundarizam a discussão, levando-a a analisar o papel dos líderes e dos fiéis, sendo os primeiros “carismáticos” e os segundos “carismaticamente dominados” (Weber, 1999, p. 159).

Em uma sociedade onde há o controle repressivo do governo para com a população, principalmente no âmbito político, a religião surge como uma alternativa de fuga. Nessa sociedade, ela é considerada “a única possibilidade de expressão popular” e “o modo essencial de expressão dos grupos sociais subalternos” (Lesbaupin, 2011, p. 25,26). Levando-se em consideração ainda a definição de Marx, em que considera a religião como o “suspiro da criatura oprimida”, ela encontra nesta situação seu papel ideal. As religiões mais emotivas, que agregam em suas liturgias uma valorização do êxtase e outras expressões transcendentais, têm exatamente maior aceitação em meio às massas, exatamente os maiores prejudicados pela ação incisiva do Estado na repressão de possíveis movimentos de exaltação dessa maioria desprezada.

Mas mesmo nessa situação de repressão, a religião que atua como um *consolo* ou mesmo como um *ópio*, é também considerada como “reduto da reação, do obscurantismo e do conservadorismo (...) que intoxica as massas e as impede de pensar e de agir claramente em seus próprios interesses” (Löwy, 2000, p. 29 apud Lesbaupin, 2011, p. 30). Algumas

versões religiosas, talvez a maioria, preferem manter-se à margem do mundo secularizado, alimentando uma ideia de justiça vindoura em meio aos atuais sofrimentos vividos no presente. Estariam aplicando os conceitos práticos da Bíblia Sagrada quanto à isenção em participar de ações contra o inimigo, devendo, no entanto, *amá-los como a si mesmos*. Entretanto, existem outras versões religiosas, surgidas em meio a um ambiente mais plural e de melhor acesso à informação, que reinterpretem este discurso e propõem uma luta renhida ante os embates da modernidade. Algumas vezes, esses movimentos alcançam notoriedade e chegam a pôr em cheque a tese da secularização por interferirem consideravelmente nas relações da sociedade. Talvez esses movimentos sejam diminutos, mas permanecem constantes e evidentes em questões pontuais.

Em Durkheim há uma vasta contribuição à necessidade da religião por interpretar a própria sociedade como “um fenômeno religioso” (Durkheim, 1937, p. 427 apud Sanchis, 2011, p. 48). A interpretação da vida social e o entendimento das relações sociais só é possível graças a um vasto simbolismo, algo que a própria religião valoriza em sua ação cotidiana. Por isso, apesar de haver movimentos que buscam a independência da sociedade da religião, entende-se essa independência como uma separação ou estabelecimento do estado laico que gera por fim a secularização, conforme afirmado anteriormente, a sociedade sempre necessitará se remeter à religião a fim de buscar entendimento de si mesma. Desta forma, enquanto houver sociedade, haverá religião, mesmo que em padrões totalmente diferentes do que há ou havia anteriormente, mas com fins semelhantes que tentam promover, por exemplo, a coesão.

Um dos teóricos que analisou proficuamente a religião e esta como promotora do espírito capitalista da sociedade foi Max Weber. Sua obra “Ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo” constitui um clássico da literatura sociológica. A devoção ascética ao trabalho secular e a gestão racional dos bens provenientes deste trabalho fizeram dos puritanos os verdadeiros detentores do atual modelo capitalista que hodiernamente impera na sociedade. Assim, com a religião protestante

o pedreiro servia a Deus construindo casas, o padeiro enquanto fazia pão, o comerciante enquanto vendia e comprava. Além disso, como Deus não pedia mais nem imagens, nem templos ornados de ouro, a riqueza obtida deveria ser reempregada na vocação, ou seja, na produção material cotidiana. (Mariz, 2011, p. 76)

Com esta descoberta de Weber, foi possível dar nome e classificar todas as atuais empreitadas capitalistas, tendo elas uma raiz comum: o protestantismo. Este mesmo que outrora, através de João Calvino, já havia discutido a respeito da necessidade de se instituírem oficialmente os juro a fim de se coibirem os excessos praticados pelos detentores do poder.

Por fim, outro teórico que analisou a religião do ponto de vista da secularização e, por conseguinte da manutenção da sua plausibilidade foi Peter Berger. Com o advento da modernidade e tendo crescido o poder que as instituições religiosas detinham sobre os mais diversos setores da sociedade, começou-se a questionar a viabilidade disto, chegando ao ponto em que houve a subtração deste poder detentor das instituições e símbolos religiosos. Resumidamente, houve a separação da Igreja e do Estado que comumente pode ser compreendido também por laicização.

Com a quebra do “dossel sagrado” que outrora dava proteção às normas estabelecidas pela Igreja à sociedade, começaram a surgir novos movimentos paralelos e concorrentes de religiosidade que posteriormente foram classificados como “pluralismo religioso”. Este pluralismo desencadeou um processo de enfraquecimento da religião majoritária que fez surgir uma nova temática: a necessidade de manutenção das estruturas de plausibilidade das religiões. Assim, o mero trabalho proselitista de conversão deveria ser sustentado por uma estrutura de plausibilidade que poderia mantê-la como válida ao longo do tempo. Rapidamente isto passou a ser tido como imprescindível pelas mais diversas representações religiosas que, temendo um esvaziamento de seus templos ou lugares reservados ao culto, tiveram que se adaptar ao novo modelo secularizante da sociedade à religião (Berger, 1985).

Essa luta pela manutenção da religião, apesar da perda do seu controle sobre o Estado, é o resultado da convicção de que “a religião é um dos sistemas de símbolos fundamentais dos seres humanos” (Teixeira, 2011, p. 230) e por sua vez ainda insiste em

conceber todo o universo “como humanamente significativo” (Teixeira, 2011, p. 230).

Através dessas definições e interpelações sobre a religião, é possível constatar que ela ainda é humanamente necessária tendo em vista seu amplo espectro de atuação e de interferência na sociedade, claro, levando-se em consideração que ela é produzida pela sociedade e para a sociedade.

3. A religião como resposta aos problemas humanos e sociais

É sabido que toda a humanidade sofre. Talvez o sofrimento seja a variável que iguala todas as pessoas em algum momento da vida. Sendo assim, dada sua importância, surgem cada vez mais meios de se tentar suavizar o sofrimento. Quando é ligado à pobreza, surgem os projetos sociais governamentais que tratam de extirpá-la; quando é ligado a dor, fala-se na humanização dos procedimentos de saúde; quando se refere a sentimentos como amor, prazer ou amizade, existem nas prateleiras das livrarias os mais diversos livros de autoajuda que tratam de compensar estes sentimentos com lições de vida e aconselhamentos. Mas o meio ainda mais eficiente, se for feita uma pesquisa empírica, é a religião.

Dar significado ao sofrimento, justificá-lo, é papel da religião. Talvez não seja seu objetivo, se tomarmos como padrão as religiões ou expressões religiosas mais antigas, a extirpação do sofrimento, apenas trazer alívio e possíveis respostas àquela situação inconveniente. Peter Berger comentou que “nas situações de intenso sofrimento, a necessidade de significado é tão forte quanto a necessidade de felicidade” (Berger, 1985, p. 70 apud Teixeira, 2011, p. 232) e Geertz buscou mostrar que “o significado da religião não é tanto o de evitar o sofrimento, mas fazer com que o mesmo seja algo tolerável e suportável” (Teixeira, 2011, p. 232).

Assim, é na religião que o homem busca o amparo para suas idiossincrasias. É ela, fruto do próprio homem, que dá sentido aos seus próprios problemas. Ela constitui-se o ópio necessário para suportar a divisão, a miséria real. Nas situações de agonia vivenciadas pelo homem, há a necessidade de uma ilusão capaz de compensá-la. Esta ilusão o homem encontra na religião (Lesbaupin, 2011, p. 15).

Paradoxalmente, a religião não proporciona ao homem uma racionalização eficaz sobre o sofrimento ou outras mazelas sociais. Pelo contrário, o crente sente que a verdadeira função da religião é fazê-lo agir, ajudando-o a viver (Sanchis, 2011, p. 65). Daí é que ela é vista como alienante, capaz de, a seu modo, “garantir a interpretabilidade das situações que compõem e interpelam a experiência cotidiana, suscitando questões acerca da (des)ordenação do mundo, da persistência da dor e dos paradoxos éticos” (Giumbelli, 2011, p. 210). A perplexidade ante o mal ou outras mazelas não é anulada pela religião. Ela não se propõe a isso. Mas traz respostas que permitem compreender o mundo, faz com que a dor seja emocionalmente suportável e o mal seja racionalmente justificável.

Baseado nessas premissas, a religião tem sido utilizada em diversos meios a fim de dar sentido às mais variadas situações da vida humana. Surge no cenário atual, profissionais religiosos capazes de sanar quaisquer dificuldades através do acesso de pessoas outrora agnósticas a um mundo “espiritual” capaz de ressignificar suas dores, sentimentos, desejos e incompreensões. Esses casos são de pessoas que não professavam uma religião específica, mas que em meio à necessidade, sentiram-se impelidas a buscar sentido para uma determinada situação.

Existem, por outro lado, pessoas que têm uma prática religiosa assídua e que também padecem em meio ao sofrimento. Ressalte-se que este *padecer* não significa desistir ou entregar-se à situação. Esses fiéis testemunham da capacidade que têm de relevar situações contrárias através da fé, que seria uma força maior que permite-lhes suportar as dificuldades da existência e vencê-las (Sanchis, 2011, p. 65).

Em meio a este cenário, a religião assume novas formas, talvez graças ainda ao seu efeito secularizante discutido no item anterior, que lhe permitem atuar no competitivo mercado religioso. Surgem então os serviços ou trabalhos religiosos que propõem soluções rápidas e práticas para o problema do sofrimento e outros afins. Sendo assim, não somente instituições estariam imbuídas desses serviços, mas qualquer pessoa que, utilizando-se do trabalho religioso “objetivam práticas ou discursos revestidos de sagrado, e assim atendem a uma necessidade de expressão de um grupo ou classe social” (Oliveira, 2011, p. 182).

Assim, independente de instituições ou denominações religiosas, a religião se faz presente nas mais variadas esferas da sociedade, interferindo, por vezes, na agenda de programas de governo ou políticas públicas, não apenas dando respostas, mas também interpelando.

Com isto, a religião continua sendo uma variável considerável nas discussões da sociedade, não somente por impor-se a ela no sentido de estar sempre na contramão, mas por ser cada vez mais intrínseca à sociedade. Obviamente ela assume seu papel enquanto concebida pela própria sociedade.

Conclusão

São muitas as especulações a respeito do fim da religião. Certamente elas surgem graças ao incômodo que eventualmente a religião traz ao âmbito social. Mas diferente do que muitos pensam, não é a intolerância à religião que causará sua extinção. Sendo ela um produto da sociedade, poderá desaparecer como efeito de uma profunda transformação da própria sociedade.

Esta transformação estará completa quando o homem for totalmente autônomo em suas ações, tendo livre consciência dos seus próprios atos e gerenciando seu próprio movimento social. Isto pode parecer utópico e de certo modo é. Mas não é de todo perdido. Isto porque cada vez mais as religiões têm procurado se adaptar ao ambiente em que se encontram, buscando novos nichos de atuação e suprindo novas necessidades humanas.

A religião, de um modo geral, tem também assumido um papel menos ascético e mais participativo. Isto fez com que religiões que corriam o risco de hoje estarem no ostracismo, repensassem seus discursos, assumindo novas posições, e alcançando números expressivos de seguidores.

A secularização que tanto medo causou às religiões majoritárias tornou-se, de certo modo, uma aliada ao crescimento e surgimento de novas crenças. Talvez a secularização tenha enfraquecido a religião enquanto bloco monolítico, mas fortaleceu outras expressões religiosas e, em vez de arrefecê-las, proporcionou crescimento e desenvolvimento.

O próprio Peter Berger sentiu-se no dever de talvez repensar suas previsões quanto ao futuro da religião com a seguinte afirmação publicada mais recentemente: “não há razão para pensar que o mundo do século XXI será menos religioso do que o mundo atual” (Berger, 2001, apud Teixeira, 2011, p. 241). De fato, observando localmente, o mundo continua cada vez mais religioso.

Referências bibliográficas

BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GIUMBELLI, Emerson. Clifford Geertz: a religião e a cultura. In: TEIXEIRA, Faustino. **Sociologia da Religião**: enfoques teóricos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, p. 198-217, 2011.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **Sociologia e religião**: abordagens clássicas. Aparecida: Ideias & Letras, 2009

LESBAUPIN, Ivo. Marxismo e religião. In: TEIXEIRA, Faustino. **Sociologia da Religião**: enfoques teóricos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, p. 13-35, 2011.

MARIZ, Cecília Loreto. A sociologia da religião de Max Weber. In: TEIXEIRA, Faustino. **Sociologia da Religião**: enfoques teóricos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, p. 67-93, 2011.

MARTELLI, Stefano. **A religião na sociedade pós-moderna**: entre secularização e dessecularização. São Paulo: Paulinas, 1995.

MARX, Karl. Contribución a la crítica a la filosofía de lo derecho de Hegel. In: ASSMAN, Hugo & MATE, Reyes (orgs.). **Sobre La religión I** (K. Marx y F. Engels). Salamanca: Síngueme, p. 93-106, 1974.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. A teoria do *trabalho religioso* em Pierre Bourdieu. In: TEIXEIRA, Faustino. **Sociologia da Religião**: enfoques teóricos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, p. 177-197, 2011.

SANCHIS, Pierre. A contribuição de Émile Durkheim. In: TEIXEIRA, Faustino. **Sociologia da**

Religião: enfoques teóricos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, p. 36-66, 2011.

TEIXEIRA, Faustino. Peter Berger e a religião. In: TEIXEIRA, Faustino. **Sociologia da Religião:** enfoques teóricos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, p. 218-248, 2011.

WEBER, Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UNB, 1999.